

Porosidades civilizacionais e o que elas ensinam para a análise geopolítica

Civilizational porosities and what they teach for geopolitical analysis

Leonardo Luiz Silveira da Silva
Colégio Militar de Belo Horizonte
leoluizbh@hotmail.com

Eduardo Guilherme de Moura Paegle
Colégio Militar de Belo Horizonte
paegle.eduardo1979@gmail.com

Resumo

Este artigo, essencialmente epistemológico, foi escrito sob a influência da informação de que o nome Muhammad tornou-se, a partir de 2023, o mais registrado na Inglaterra e no país de Gales. Com viés pós-estrutural e mais-que-representacional, o artigo em questão dedicou-se a pensar, a partir do exemplo dos bebês Muhammad, das inconveniências epistemológicas da consideração de áreas como superfícies isotrópicas. Partindo da teorização de Samuel Huntington acerca da existência de civilizações, o texto teoriza que espacialidades tais como territórios, regiões não devem ser vistas como superfícies monolíticas, sob o risco das análises se mostrarem incapazes de revelar as heterogeneidades que impactam na análise geopolítica.

Palavras-Chave: Afeto; *performance*; civilização.

Abstract

This article, essentially epistemological, was written under the influence of the information that the name Muhammad has become, as of 2023, the most registered in England and Wales. With a post-structural and more-than-representational bias, this article dedicated itself to thinking, based on the example of the Muhammad babies, about the epistemological inconveniences of considering areas as isotropic surfaces. Starting from Samuel Huntington's theorization about the existence of civilizations, the text theorizes that spatialities such as territories and regions should not be seen as monolithic surfaces, at the risk of analyzes proving incapable of revealing the heterogeneities that impact in geopolitical analysis.

Keywords: Affect; performance; civilization.

Introdução

O artigo se apoia em abordagens pós-estruturais aplicadas à leitura espacial¹ para questionar a mí(s)tica integridade regional do ente civilização, conceito já abordado por

¹ Os efeitos do pós-estruturalismo na análise espacial impactaram na desconstrução do essencialismo nas descrições. As polarizações que davam ordem as descrições espaciais passaram a ser questionadas, sendo alvo

tantos pesquisadores (Koneczny, 1962 [1935]; Braudel, 2004 [1987]; Todorov, 2010) e que foi, no final do século passado, utilizado pelo cientista político Samuel Huntington como base teórica do *Choque de Civilizações* (Huntington, 1997 [1996]). Este é o caminho da narrativa proposta no texto deste artigo – que é essencialmente epistemológico – para que se possa pensar e defender um fazer geopolítico que se afasta das reificações que por muito tempo reinaram incólumes no *métier* do campo em questão em detrimento de abordagens mais-que-representacionais – de base relacional – que praticam as geografias do que acontece (Paiva, 2017; 2018; Silva, 2022). As abordagens mais-que-representacionais são marcadas, dentre outras potencialidades, pela desconstrução do universo “tomado como certo” [*take-it-for-granted*].

Dessa forma, nossa discussão não objetiva centrar na já bastante sabatinada teorização de Huntington, mas utilizá-la como um meio didático para a desconstrução analítica das ideias que reificam entes/atores envolvidos na política internacional em representações tão sólidas e homogêneas como a pintura monocromática de certa porção de um planisfério. Tampouco nossa intenção é refletir sobre o conceito de civilização, já que se vê que nosso interesse é desconstruir espacialidades tidas como homogêneas e imunes ao tempo, o que vai além da problematização da civilização e perpassa por relativizações de entes importantes para a análise geopolítica tais como território, região, Estado, dentre outros. Desta forma, o artigo em questão flerta com o potencial desconstrucionista da geopolítica crítica, corrente que não reverberou intensamente na geografia brasileira e que tem como expoentes John Agnew, Gearóid O Thuathail, Simon Dalby e Colin Flint.

O impulso para a escrita deste artigo partiu da leitura da notícia intitulada: “Por que Muhammad virou nome mais popular na Inglaterra²”. Esta notícia traz a informação de que Muhammad já era um dos dez nomes mais registrados nessas fatias territoriais do Reino Unido desde 2016, mas que em 2023 assumiu a liderança (Por Que Muhammad..., 2024). A quimera espacial-temporalmente distorcida tem sua existência assegurada nas inúmeras pistas que se avolumam.

Na mesma Inglaterra – de berços majoritariamente muhammadizados –, a presença de Sadiq Aman Khan como prefeito de Londres desde 2016 parece poeticamente construir

das problematizações pós-estruturais um extenso rol de dicotomias: o geral/específico, abstrato/concreto, nomotético/idiográfico, teórico/empírico, quantitativo/qualitativo, econômico/cultural, moderno/pré-moderno, dentre inúmeros outros binarismos (Gibson-Graham, 2004).

² Além da liderança do nome Muhammad nos nascimentos anglo-galeses, é de se notar que as grafias Mohammed e Mohammad estão entre os 100 nomes mais comuns (Smith, 2024).

um conceito que enovela migração, etnia, religião e política. Khan, nascido na Inglaterra e filho de colonizados das Índias Britânicas, é político de grande reconhecimento do eleitorado, fato endossado pela conquista recente do seu terceiro mandato consecutivo em maio de 2024.

Para além da construção huntingtoniana, uma civilização não parece ser um conceito que se sustente somente na dimensão das pessoas. Há um substrato paisagístico que interage com o desenvolvimento social durante a inexorável passagem do tempo atomístico em um esquema que encontra algum paralelo com a ideia de nação (Silva; Silva, 2022; Silva, 2023A; Seemann; Silva; Costa, 2024). Mente e matéria estão em interconexão e retroalimentação, fazendo os sentidos irromperem a partir das relações entre humanos e não-humanos, movendo-os a construir representações como nações ou civilizações, ainda que – no âmbito dos pressupostos mais-que-representacionais – seja justo considerar que as respostas individuais aos esquemas mentais coletivamente forjados sejam excepcionais e incompatíveis com pretensões generalistas.

Pelas razões até aqui apontadas, a rigidez de limites parece não coadunar com a dinâmica das interações que movem sentidos no *continuum* espaço-temporal. Por essa razão, quando Ashis Nandy (2015) alega que nos dias atuais a Inglaterra vitoriana está mais presente na Índia do que na ilha da Grã-Bretanha, somos convidados a mergulhar numa espécie de paradoxo cuja profilaxia reside na capacidade prévia de contorcer o espaço e o tempo. Os bebês Muhammad ingleses, o exercício político de Khan e os resquícios vitorianos-indianos do Himachal Pradesh são ícones pós-coloniais e também causas e consequências dos eventos históricos e dos fatos geográficos, harmonizando em concerto uma melodia sem contenção, que caducam implacavelmente as teses políticas baseadas na rigidez das linhas que pretendem hegemonizar a ordem política. Tal raciocínio não traz a ideia de que essas linhas não tenham mais valor na análise; mas, certamente, existem indícios suficientemente plausíveis para considerá-las como um dentre vários outros elementos da análise.

Nossa estratégia discursiva parte de uma discussão acerca da incapacidade do choque de civilizações em dar respostas ao hibridismo e as formas quiméricas que perpetuamente transmutam a tessitura política e subvertem métodos tradicionais de análise. Posteriormente – sob o escrutínio desconstrucionista e mais-que-representacional – avaliaremos como a inadequação da abordagem huntingtoniana inspira a pensarmos em outras realidades

políticas. Na terceira parte, sintetizaremos o argumento consolidando parâmetros de uma análise política que transcenda as representações. Por fim, trataremos as considerações finais.

Civilizações Porosas

A expressão civilizações porosas permite-nos refletir que a categoria política “civilização” não é passível de uma descrição unitária e ontológica. A aludida porosidade que a expressão explicitamente carrega remete não somente ao hibridismo causado pelo processo no qual Stuart Hall (2013) chamou de repetição-com-diferença³; para além disso, retrata que os processos intercivilizacionais se dão como condição da política internacional e trazem sequelas que deformam espaço-temporalidades. Todas essas deformações do espaço e do tempo constroem poros no mítico tecido isotrópico civilizacional, provocando um esquizofrênico desarranjo: Homi Bhabha (2013) buscou sintetizar as deformações do espaço-tempo ao abordar identidades; podemos parafrasear seu pensamento em superfícies, tais como as civilizações. Assim, como Bhabha nos inspira – em paráfrase – podemos nos referir à tessitura civilizacional como um complexo arranjo composto por espacialidades fendidas e temporalidades adiadas (Silva, 2024a).

Toda essa discussão está ausente na problematização de Samuel Huntington. Escrevendo na década de 1990, apresentou um modelo de interpretação das relações internacionais no período pós-Guerra Fria. O período em questão foi relativamente farto de tentativas desta natureza, o que refletia a ansiedade de intérpretes em teorizar acerca do arranjo do novo mundo que então se apresentava. Nesse contexto se encaixavam teses como as apresentadas em *O Fim da História*, de Francis Fukuyama (1992), e em *Após o Liberalismo*, de Immanuel Wallerstein (2002 [1995]).

Huntington sugeriu que conglomerados de Estados compunham civilizações, que eram regiões supostamente homogêneas no que diz respeito à solidariedade entre seus membros, o que era explicado pelas similaridades de fundo cultural dentre seus membros, incluindo as semelhanças étnicas e/ou religiosas. O autor defende que no período pós-Guerra Fria, os alinhamentos civilizacionais seriam mais relevantes do que premissas estritamente

³ A ideia de repetição-com-diferença se aproxima do que é trazido pela ideia de circularidade cultural. Neste conceito, problematizado por Ginzburg (1997), é percebido o influxo recíproco entre a cultura subalterna e a hegemônica.

associadas ao Realismo Político, que alçam o Estado como principal partícipe da política externa (Jackson; Sorensen, 2007; Diniz, 2007).

O pressuposto de Huntington faz referência à ideia de civilização como um conceito essencializado. Não é de se estranhar que o autor não dedique muitas linhas a refletir sobre o conceito de civilização, levando-nos a crer que se remetia a uma espacialidade qualquer, que poderia inclusive ser batizada com outro nome/categoria de análise. As relativizações de Fernand Braudel⁴ (2005 [1987]) sobre o termo civilização em *Gramática das Civilizações* são densas o suficiente para fazer com que a definição de Huntington pareça uma caricatura. Ainda que se possa encontrar virtudes na abordagem de Huntington - que de fato é uma proposta de ruptura analítica do cenário internacional - vê-se que o autor não escapa daquilo que John Agnew (1994) chamou de “armadilha territorial” [*territorial trap*], sendo que na prática, ao substituir Estados por Civilizações, Huntington trocou uma abordagem ontológica por outra. Talvez seja difícil conceber esta troca devido à maior cristalização do Estado comparativamente à civilização: apoiado em uma base jurídico-política, o Estado repousa mais profundamente na dimensão tomada-como-certa; em sua congruência com o conceito de civilização não nos escapa o fato de ambos serem invenções humanas.

No posfácio do seu clássico *Orientalismo*, Edward Saïd (2007 [2003]) chamou a teorização do choque das civilizações de absurda,

[...]porque um dos grandes progressos na moderna teoria cultural é a percepção, quase universalmente reconhecida, de que as culturas são híbridas⁵ e heterogêneas, e de que, como argumentei em *Cultura e Imperialismo*, as culturas e as civilizações são tão inter-relacionadas e interdependentes a ponto de irem além de qualquer descrição unitária ou simplesmente delineada de sua individualidade (Saïd, 2007 [2003], p.460).

A civilização Islâmica é uma espacialidade central na narrativa huntingtoniana, visto que carregaria em sua concepção um estranhamento civilizacional *sui generis* capaz de tensionar as relações políticas nas bordas dos seus limites frente à maior parte das outras civilizações. Huntington dedicou um subtítulo de capítulo específico – as fronteiras ensanguentadas do Islã – para analisar uma suposta essência violenta da civilização islâmica.

⁴ Fernand Braudel (2004 [1987]) relativiza o conceito de civilizações ao analisar condicionalmente a categoria em questão a partir de diferentes possibilidades de definição, tais como espaços, sociedades, economias e mentalidades coletivas. Nota-se que a relativização de Braudel foi produzida ainda no período da Guerra Fria.

⁵ Em um sentido similar a Saïd (2007 [2003]), Nestor Canclini desenvolve o que entende sobre a noção de hibridização cultural: “entendo por hibridização processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (Canclini, 2011 [1989], p.xix – páginas introdutórias numeradas com romanos).

Nesse conjunto idealizado por Huntington, o que vemos hodiernamente são distinções brutais nas superfícies de Estados, regiões, regimes, *inter alia*, que dificultam pensar na eficácia do seu modelo de interpretação.

Como comparar, no seio daquilo que chamou de civilização islâmica, regimes absolutistas e ordens mais pluralistas e menos autocratizadas? Como ignorar as diferenças existentes entre o turbilhão cosmopolita de Kuala Lumpur com regiões provincianas do interior do Iêmen onde impera o estilo vernacular? Esses questionamentos não significam que senso de solidariedade edificados a partir de afinidades culturais não tenham nenhuma relevância, mas que tais noções não podem deter a explicação exclusiva das relações políticas globais.

Poderia se pensar que o argumento é hermeneuticamente injusto com Huntington, pois, como conhecedores do *facto a posteriori*, assumimos os descompassos entre as porções de vísceras da civilização islâmica; todavia, a despeito do *zeitgeist* do autor não oferecer os contrastes que hoje se lançam aos nossos olhos, a questão é mais do que factual: diferenças em meio às espacialidades é o apanágio da própria análise geográfica. Destacamos que são justamente essas diferenças que incidem sobre a política e impactam na análise geopolítica. O espaço – essencialmente dinâmico – guarda um pretérito anterior à própria tese do choque de civilizações que é irresistivelmente insinuante: o espaço do conjunto civilizacional islâmico é bastante distinto em diversos recortes do tempo. Esta é a premissa que deveria levar o analista a não buscar a eternização de um modelo de limites estanques, com pressuposições de homogeneidade e relações absolutamente coesas de solidariedade. O que Huntington praticou, do ângulo de sua posição como cientista político, foi uma geografia morta⁶.

Não é só o domínio da civilização islâmica que nos possibilita o exercício de desconstrução da mítica integridade territorial. A relativização da aparente homogeneidade espacial se aplica fundamentalmente a qualquer arbítrio delimitador, fato que remonta às problematizações de Richard Hartshorne (1978 [1959]) sobre a região e que mais recentemente foram alvo do escrutínio de John Agnew (1999; 2005; 2013). Com a discussão deste tópico buscamos mostrar que a arbitrariedade do recorte espacial, como a que foi feito

⁶ Na lógica das geografias mortas, o espaço geográfico é visto como um signo passivo e não como um operador ativo que se torna abrigo e agente do afeto e da *performance* (Thrift; Dewsbury, 2000). As geografias mortas ignoram (1) o assédio do tempo sobre os objetos de análise, (2) as diferenças espaciais como fatores de questionamento da fixidez e (3) as divergências perceptivas no âmbito intersubjetivo (Silva; Costa, 2024).

por Huntington, deve considerar a porosidade que corrompe expectativas de integridade isotrópicas para que sirvam como base da avaliação geopolítica.

O que surge a partir da desconstrução das ontologias espaciais?

A desconstrução das abordagens ontológicas não é fato novo no cenário acadêmico das humanidades. Ainda assim, se vê que os esforços que buscam relativizar a dimensão tomada-como-certa das representações convivem com a resiliência das abordagens tradicionais que incidem sobre o fazer acadêmico. No bojo da crise das representações que se agigantou a partir dos anos 1980, registram-se trabalhos icônicos e de grande repercussão, como *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson (2008 [1984]), dentre muitos outros. No seio da geografia, o conceito de cultura passou a ser bastante sabatinado e teve sua integridade/espacialidade debatida a partir das réplicas e tréplicas envolvendo Don Mitchell (1995), James e Nancy Duncan (1996), Denis Cosgrove (1996) e Peter Jackson (1996).

Com a relativização das abordagens ontológicas, o que surge como alternativa para a análise? No campo das Relações Internacionais, Robert Keohane e Joseph Nye Jr. (2012 [1977]) valorizaram o peso das relações interestatais para a avaliação política ao elaborar a teoria da interdependência complexa. Richard Rosencrance (1986) apostou que o comércio vai prevalecer como meio de avaliação das políticas. O construtivismo subverteu a lógica das abordagens ontológicas, tendo o texto de Alexandre Wendt (1992) - *Anarchy is what states make of it* - como um dos baluartes epistemológicos.

Para além da ascensão construtivista, que reverberou em diversas áreas do conhecimento, viu-se nas últimas décadas - com influências pós-modernistas e pós-estruturalistas - a consolidação da virada relacional [*relational turn*] (Anderson *et al.* 2012). A teoria do choque das civilizações pode ser – *a prima facie* – compreendida como um argumento construtivista: afinal, em tese as relações socioculturais definiriam novos entes da política subvertendo o pensamento clássico realista. Todavia, o conceito de civilização de Huntington, expresso por meio de sua regionalização global, é marcado por duas variáveis que não coadunam com os princípios da construção de significados por meio de relações:

- O princípio da estabilidade - o autor usa um *frame* civilizacional como chave de interpretação do porvir;

- O princípio da homogeneidade – Huntington arbitra os limites civilizacionais a partir de áreas supostamente homogêneas, imaginando as culturas como blocos herméticos (Saïd, 2007 [2003]).

No seio da virada relacional disseminou-se na sociologia a Teoria Ator-Rede (TAR) (Law, 1992; Latour, 1996) que permitiu o desenvolvimento da noção de que os significados são socialmente construídos e irrompem em meio às relações entre atores espacialmente arranjados. Na geografia, as reverberações da virada relacional ajudaram a construir a base epistemológica das teorias não-representacionais (Silva; Costa, 2022), posteriormente mais divulgadas como abordagens ou estilo (Thrift, 2000) mais-que-representacional (Lorimer, 2005). No âmbito destas abordagens que se desenvolveram na geografia anglófona, os elementos mais-que-humanos envolvidos em relação:

- produzem e ressignificam perpetuamente significados, já que a dimensão social não pode ser pré-estabelecida;
- estão envoltos em relações afetivo-performáticas que explicam tanto o impacto da vida-em-rede sobre os corpos quanto o impacto dos corpos na vida-em-rede;
- criam espacialidades de limites efêmeros e sujeitos a ajustes e correções, fatos decorrentes não somente do dinamismo das relações entre os elementos-em-rede como também da intersubjetividade daqueles que arbitram os limites espaciais.

Pelo fato do afeto e da *performance* serem conceitos basilares das abordagens mais-que-representacionais, acabam sendo bastante sabatinados e teorizados. Em uma rápida definição, o afeto é um pulso que atinge os corpos e que os estimula a performar. Os corpos, afetados, também são capazes de afetar outros corpos. As ligações entre afeto e *performance* são profundas tornando-os indissociáveis: estes conceitos precisam ser vistos em conexão, pois, “as dinâmicas afetivas são vistas como dispositivos para que o corpo possa performar certas ações, incluindo o discurso” (Hutta, 2015, p.296).

Fundamentalmente, intencionalidades que são lançadas no âmbito afetivo podem mirar a esfera política. Clare Hemmings (2005) chegou a apontar que o afeto é o centro escondido da acumulação capitalista. É de fato um ponto pacificado na teoria que o afeto pode ser manipulado (Barnett, 2008) e – como Nigel Thrift (2004) argumentou – descobrir meios de praticar o afeto é também a descoberta de um novo meio de manipulação por parte

dos poderosos. O termo “arquitetos afetivos” tem sido usado para se referir à manipulação do afeto e à capacidade de influir na *performance* (Pykett, 2018).

Como esta teorização advinda da análise relacional pode incidir sobre os estudos da geopolítica? Tanto no âmbito das relações internacionais quanto na geografia, perspectivas teóricas outrora vislumbraram a transcendência do Estado como princípio de análise geopolítica, e isto não é um fato novo. Antes mesmo do emblemático artigo de Agnew (1994) acerca da armadilha territorial, se viu na geografia política francesa – por meio de figuras como Claude Raffestin e André-Louis Sanguin – o deslocamento da análise política para os fluxos, considerando dinamismos que vão muito além da fixidez geodésica dos limites e das fronteiras. Algo similar parece estimular Keinichi Ohmae (1999 [1995]) a imaginar os seus Estados-Região – centros aglutinadores de fluxos e, *ipso facto*, áreas de maior importância na hierarquia dos atores do sistema internacional.

As abordagens mais-que-representacionais se descolam do núcleo analítico do Realismo Político de forma peculiar. Precisamos remontar às discussões seminais das abordagens mais-que-representacionais na geografia e perceber que as mesmas foram desenvolvidas/influenciadas por aquilo que Nigel Thrift chamou de teorias não-representacionais. A transição para a nomenclatura “mais-que-representacional” (Lorimer, 2005) mostra o cuidado em ressaltar que as representações não são negadas ou excluídas da análise, mas passam a ser um dos elementos analíticos que movem o ciclo afetivo-performático. Esse é o nicho da geopolítica mais-que-representacional: não nega a importância do Estado, mas o coloca como uma representação relevante da política, capaz de afetar e provocar performances.

No lugar da desconstrução das categorias espaciais reificadas e ontológicas, pertencentes à constelação das noções tomadas-como-certas que compõem a vida cotidiana, urge a demanda por uma abordagem que examine as relações que extravasam os limites geodésicos estatais, bem como de outros entes espaciais imaginativos como a civilização de Huntington. Nesse particular, as abordagens relacionais permitem que a análise geopolítica escape da armadilha territorial (Agnew, 1994) e é de se notar que os conflitos contemporâneos são particularmente marcados pelas formas as quais se arranjam as relações complexas de elementos que ignoram ou mitigam a presença de limites estatais, como se vê na recente guerra russo-ucraniana (Silva, 2023b).

Há desafios importantes para a consolidação da geopolítica mais-que-representacional. É importante ressaltar que não existe uma forte tradição repleta de modelos

testados empiricamente. Este fato torna o obstáculo mais robusto quando se considera a grande variedade representacional: pode se considerar os Estados e outras elaborações de menor institucionalização – como as civilizações – como representações capazes participar da vazão e dos influxos afetivos e performáticos da vida-em-rede. Os graus de institucionalização das representações espaciais certamente devem ser considerados no ato de tradução das *assemblages* geopolíticas, que se apresentam como arranjos relacionais heterogêneos envolvendo pessoas, instituições, objetos e forças elementais (Silva, 2024b).

As diferenças de escala na abordagem geopolítica parecem ser relevantes na escolha dos modelos analíticos mais-que-representacionais. A sugestão de “seguir os atores” dada por Bruno Latour (1996) como meio de traduzir as relações cotidianas precisa ser avaliada numa perspectiva hermenêutica na qual a geografia do que acontece floresça na análise. O campo mais-que-representacional quando pensando para além da geopolítica apresenta uma plethora de metodologias e influências. Os pressupostos são indubitavelmente relacionais, compondo uma estrutura analítica que vislumbra significados coerentes obtidos em meio das relações mais-que-humanas.

O caráter elusivo e em construção das abordagens mais-que-representacionais colidem com elementos de tradições bem consolidadas da geografia e da geopolítica e que refletem as pressões de distintos contextos históricos marcados pela formatação rígida daquilo que é considerado como ciência convencional. É o que inspira Philip Vannini (2015) a argumentar que as abordagens “não-representacionais⁷” podem às vezes ser irritantes. Ainda assim, o autor reconhece a necessidade de experimentação do campo de análise, o que é justificado pela sua capacidade de compreensão dos fluxos e sentidos, dando corpo àquilo que acontece.

Considerações finais

A fartura dos bebês Muhammad em terras inglesas foram o ponto de partida para pensarmos nas porosidades civilizacionais. Os poros que brotam na tessitura disforme civilizacional não são irregularidades homogêneas entre si: pensar metaforicamente em distintas geometrias e profundidades dos poros permite aludirmos às diferentes hibridizações

⁷ O termo não-representacional elaborado Vannini (2015) contextualmente pode ser compreendido como mais-que-representacional.

do espaço-tempo. Tratar os recortes espaciais arbitrários como isotropias inabaláveis conduz o analista – inevitavelmente – a confinar a análise no contexto tomado-como-certo, que é a mesma dimensão do objeto-base da investigação ontológico-centrada, seja ele o Estado, a civilização, a região, dentre outros.

As porosidades civilizacionais são um diagnóstico que nos conduzem a romper com o pragmatismo das tradições da ciência e nos convidam a penetrar em um universo inquieto de investigação: as abordagens mais-que-representacionais. Podemos cogitar o desenho de uma geopolítica mais-que-representacional, que substitui as categorias ontológicas pela inquietude e imprecisão, qualidades capturáveis precariamente pelas relações entre corpos que animam a *mise-en-scène* espaço-temporal. Pensar sobre as civilizações aos moldes de Samuel Huntington não foi um exercício que se limita no arcabouço teórico do cientista político; diferentemente, foi um ponto de partida para as desconstruções ontológicas mais amplas e um convite para se pensar a espacialidade do poder a partir de outro viés.

Tivemos a oportunidade em alguns pontos do texto de ressaltar que as representações que compõem o universo tomado-como-certo possuem validade: a crença em sua existência – e também os seus graus de institucionalização – acabam dinamizando o ciclo afetivo-performático por incidir sobre corpos e sua agência. As representações continuam valorosas para a interpretação política, justamente por serem também produtores de afeto e resultado da *performance*. A transcendência representacional aplicada à geopolítica nos convida à inovação e à criatividade por nos lançar em terrenos epistemológicos ainda não consolidados. Ir além das unidades espaciais isotrópicas significa penetrar em um campo cujo enfoque centra-se nas relações cotidianas que inspiram a política. Podemos assim estipular o exercício de uma política do que acontece. O desafio *a posteriori* é dar vazão às experimentações práticas embasadas no conjunto teórico mais-que-representacional. A expectativa é que este artigo seja um contributo teórico que dê vazão a estas experimentações.

Referências

AGNEW, John. The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. *Review of International Political Economy*, v.1, n.1, p.53-80, Spring 1994.

AGNEW, John. Regions on the mind does not equal regions of the mind. *Progress in Human Geography*, v.23, i.1, p.91-96, 1999.

AGNEW, John. Space: Place. (in): CLOKE, Paul; JOHNSTON, Ron. *Spaces of geographical thought: Deconstructing Human Geographies Binaries*. London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage Publications Ltd., 2005.

AGNEW, John. Arguing with regions. *Regional Studies*, v.47, n.1, p.6-17, 2013.

ANDERSON, Ben *et al.* On assemblages and geography. *Dialogues in Human Geography*, v.2, i.2, p.171-189, 2012.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

BARNETT, Clive. Political affects in public space: normative blind-spots in now-representational ontologies. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.33, n.2, p.186-200, April, 2008.

CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp, 2011.

COSGROVE, Denis. Ideas and culture: a response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.21, n.3, p.574-575, 1996.

DINIZ, Eugênio. *Política Internacional: Guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder*. Belo Horizonte: Editora PucMinas, 2007,

DUNCAN, James; DUNCAN, Nancy. Reconceptualizing the Idea of Culture in Geography: A Reply to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*, new series, v.21, n.3, p.576-579, 1996.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Area studies after poststructuralism. *Environmental and Planning A*, v.36, i.3, p.405-419, 2004.

GINZBURG, Carlos. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Cia.Das Letras, 1997.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec Edusp, 1978.

HEMMINGS, Clare. Invoking affect. *Cultural Studies*, v.19, n.5, p.548-567, 2005.

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque das Civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

HUTTA, Jan Simon. The affective life of semiotics. *Geographica Helvetica*, v.70, i.4, p.295-309, October, 2015.

JACKSON, Peter. The idea of culture: a response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.21, p.572-573, 1996.

KEOHANE, Robert O; NYE JR., Joseph S. *Power and interdependence: world politics in transition*. Boston: Little, 4th Edition, 2012.

KONECZNY, Feliks. *On the plurality of the civilisations*. London: Polonica Publications, 1962 [1935]).

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity. *Systems Practice*, v.5, n.4, p.379-393, 1992.

LATOUR, Bruno. On actor-network theory: a few clarifications. *Soziale Welt*, v.47, i.4, p.369-381, 1996.

LORIMER, Hayden. Cultural geography: the busyness of being “more-than-representational”. *Progress in Human Geography*, v.29, i.1, p.83-94, 2005.

MITCHELL, Don. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualization of the Idea of Culture in Geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, new series, v.20, n.1, p.102-116, 1995.

NANDY, Ashis. A mente não colonizada. (in): Castro, Lucia Rabelo (Org.). *A imaginação emancipatória: desafios do século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

OHMAE, Kenichi. *O fim do estado-nação*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia I: conceitos para uma geografia do que acontece. *Finisterra*, v. LII, n.106, p.159-168, 2017.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. *Finisterra*, v. LIII, n.107, p. 159-168, 2018.

PYKETT, Jessica. Geography and neuroscience: critical engagements with geography's “neural turn”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.43, n.2, p.154-169, 2018.

ROSENCRANCE, Richard. *The rising of the trading State*. New York: Basic Books, 1986.

SAÏD, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SEEMANN, Jörn; SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Repensando o conceito de nação: uma visão geográfica a partir das teorias não-representacionais. *Revista Espaço Aberto*, v.14, n.1, p.5-27, 2024.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. *A excepcionalidade da paisagem e do lugar: a transcendência da (i)materialidade por meio da mediação de subjetividades*. Belo Horizonte e Montes Claros: Letramento e Editora IFNMG, 2023a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Escapando da armadilha territorial: a Guerra da Ucrânia à luz dos pressupostos de John Agnew. *Revista de Geopolítica*, v.14, n.1, p.1-15, 2023b.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. *Espaços-Tempos: uma geografia dos fragmentos da experiência*. Belo Horizonte e Montes Claros: Letramento e Editora IFNMG, 2024a.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. Sobre o uso das assemblages nas abordagens relacionais geográficas. *Geographia Meridionalis*, v.7, e0240003, p.1-20, 2024b.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Teorias não-representacionais e geografia: reflexões e perspectivas. *Geograficidade*, v.12, n.2, p.23-42, 2022.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; COSTA, Alfredo. Geografias Mortas, Vivas e espectrais: formas de apreender o espaço. *Caminhos de Geografia*, v.25, n.97, p.213-230, 2024.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da; SILVA, Larissa Santos Rocha da. Paisagem: o arcabouço da nação. *Revista de Geopolítica*, v.13, n.2, p.1-17, Abr./Jun., 2022.

SMITH, Cachella. *Por que Muhammad virou nome mais popular na Inglaterra*. 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cgj62z864jno>> Acesso em: 09 dez. 2024.

THRIFT, Nigel. Afterwords. *Environmental and Planning D: Society and Space*, v.18, i.2, p.213-255, April, 2000.

THRIFT, Nigel; DEWSBURY, John-David. Dead Geographies –and how to make them live. *Environmental and Planning D: Society and Space*, v.18, p.411-432, 2000.

THRIFT, Nigel. Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect. *Geografiska Annaler*, v.86, i.1, p.57-78, March, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *O medo dos bárbaros: Para além do choque das civilizações*. Petrópolis: Vozes, 2010.

VANNINI, Philip. Non-representational ethnography: new ways of animating lifeworlds. *Cultural Geographies*, v22, n.2, p.317-327, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Após o Liberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it. *International Organization*, v.46, p.394-419, 1992.